

Educação e Trabalho da Pessoa com Deficiência no Brasil: Reflexões sobre os dados censitários

ARTIGO

1

Fernanda Cristina Corrêa Lima Coimbraⁱ 

Instituto Federal do Pará – Prefeitura Municipal de Belém – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UEPA), Belém, PA, Brasil

Ivanilde Apoluceno de Oliveiraⁱⁱ 

Universidade do Estado do Pará, PPGED/UEPA, Belém, Pará, Brasil

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar e refletir sobre a educação e do trabalho da pessoa com deficiência no Brasil, a partir dos dados censitários dos últimos 10 anos. Por meio de uma revisão bibliográfica e análise dos dados obtidos nos censos demográficos e educacionais do Brasil, buscamos compreender os avanços, desafios e lacunas existentes nesse contexto. A inclusão social e a garantia de direitos são fundamentais para a promoção da igualdade e da dignidade das pessoas com deficiência, e a educação e o trabalho desempenham um papel central nesse processo. Os resultados desta pesquisa destacam a importância de políticas públicas efetivas e ações afirmativas que promovam a inclusão educacional e laboral das pessoas com deficiência, visando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Educação para o Trabalho . Pessoa com deficiência. Inclusão Educacional. Censos demográfico e educacional brasileiros

Education and work for people with disabilities in Brazil: Reflections on the Census Surveys of the Last 10 Years

Abstract

This work aims to analyze and reflect on the education and work of people with disabilities in Brazil, based on census data from the last 10 years. Through a bibliographical review and analysis of data obtained from Brazilian demographic and educational censuses, we sought to understand the advances, challenges and gaps that exist in this context. Social inclusion and guaranteeing rights are fundamental to promoting equality and dignity for people with disabilities, and education and work play a central role in this process. The results of this research highlight the importance of effective public policies and affirmative actions that promote the educational and labor inclusion of people with disabilities, aiming to build a fairer and more inclusive society.

Keywords: Education for work. Person with a disability. Educational inclusion. Brazilian demographic and educational census.

1 Introdução

A educação e o trabalho são direitos fundamentais de todos os seres humanos, inclusive das pessoas com deficiência. No Brasil, a luta pela inclusão social desse grupo vem ganhando força nas últimas décadas, resultando em avanços legislativos e políticas públicas importantes.

2

A questão da inclusão social das pessoas com deficiência é um desafio enfrentado em todo o mundo, e no Brasil não é exceção. A garantia de acesso à educação de qualidade e oportunidades no mercado de trabalho são elementos essenciais para a promoção da igualdade e da cidadania plena desses indivíduos.

Nos últimos anos houve avanços significativos na legislação brasileira em prol dos direitos das pessoas com deficiência, mais recentemente pela promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo de Nova York/EUA¹, assim como pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão (Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015). No entanto, a efetivação desses direitos ainda enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à educação e ao trabalho das pessoas com deficiência, a exemplo da Lei Nº 8.213/91 (Lei de cotas), que entre outras questões sobre a seguridade social estabelece cotas para reserva de vagas para este seguimento da população brasileira.

Este artigo, portanto, visa analisar e refletir sobre a educação e o trabalho da pessoa com deficiência no Brasil, a partir dos dados censitários dos últimos 10 anos. Buscando compreender os avanços, desafios e lacunas existentes nesse contexto, a problematização da inclusão na demografia brasileira.

O trabalho está estruturado com o desenvolvimento dos seguintes tópicos: introdução; Metodologia; Resultados e Discussões e Considerações Finais.

¹ A Convenção de Nova York, assinada em 30 de março de 2007, foi promulgada no Brasil pelo Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

2 Metodologia

Para realizar esta pesquisa quantitativa, qualitativa e documental, foram utilizados dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos últimos censos demográficos, bem como revisão bibliográfica de estudos e pesquisas relacionadas à educação e ao trabalho da pessoa com deficiência no Brasil.

3

A análise dos dados foi realizada considerando indicadores como taxa de escolarização, nível de escolaridade, taxa de desemprego, tipos de deficiência, entre outros. Para analisar a evolução da educação e do trabalho da pessoa com deficiência no Brasil, este estudo utilizou ainda os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD e PNAD Contínua) como base os dados dos censos demográficos de 2020-2023².

3 Resultados e Discussão

As discussões acerca do direito ao trabalho e à formação profissional da pessoa com deficiência são de suma importância para promover a inclusão social e garantir igualdade de oportunidades. Ao longo dos anos, tem havido avanços significativos nas legislações e políticas públicas destinadas a assegurar um acesso equitativo ao mercado de trabalho e à capacitação profissional para esse grupo. No entanto, ainda persistem desafios a serem superados para alcançar uma inclusão plena e uma participação efetiva dessas pessoas no mundo laboral.

Quanto aos aspectos sociodemográficos destaca-se a concentração geográfica, etária-tipologia³ de deficiência, étnico-racial, gênero e etário relativos à escolaridade e inserção laboral da população com deficiência no país.

² Considerando o contexto durante e depois da pandemia por Covid19, a coleta geral do último Censo Demográfico de 2020 foi concluída em 2023

³ As tipologias utilizadas na PNAC Contínua de 2022 são referentes as 08 categorias de dificuldades: de comunicação (compreender e ser compreendido); para realizar cuidados pessoais; de ouvir, mesmo com uso de aparelho auditivo; Táteis (pegar objetos pequenos, abrir e fechar portas; de aprender (memória e concentração); visual, mesmo com uso de óculos e lentes de contato; Motora (levantar pesos de 2 litros da cintura a linha dos olhos); de locomoção (andar e subir degraus)

Cabe ressaltar que a contagem da população com deficiência no Brasil vem sendo alterada nos últimos anos. As outras pesquisas do IBGE, como o Censo Demográfico 2010 e a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013 e 2019 foram as mais recentes, contudo, os dados não são comparáveis entre elas em razão das suas diferenças metodológicas.

Assim, a PNAD Continua sobre a pessoa com deficiência, busca compreender a deficiência como produto da interação entre funções e estruturas corporais, com limitações e barreiras sociais e ambientais, resultando em restrições de participação em igualdade de condições com as demais pessoas. Assim, para IBGE (2023), o Censo está em consonância com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), a Convenção de Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/2015), estando apenas não aderentes ao Índice de Funcionalidades Brasileiro Modificado (IFBMr), que foi aprovado na Resolução CONADE nº 01/2020, após a definição do questionário do Censo 2022.

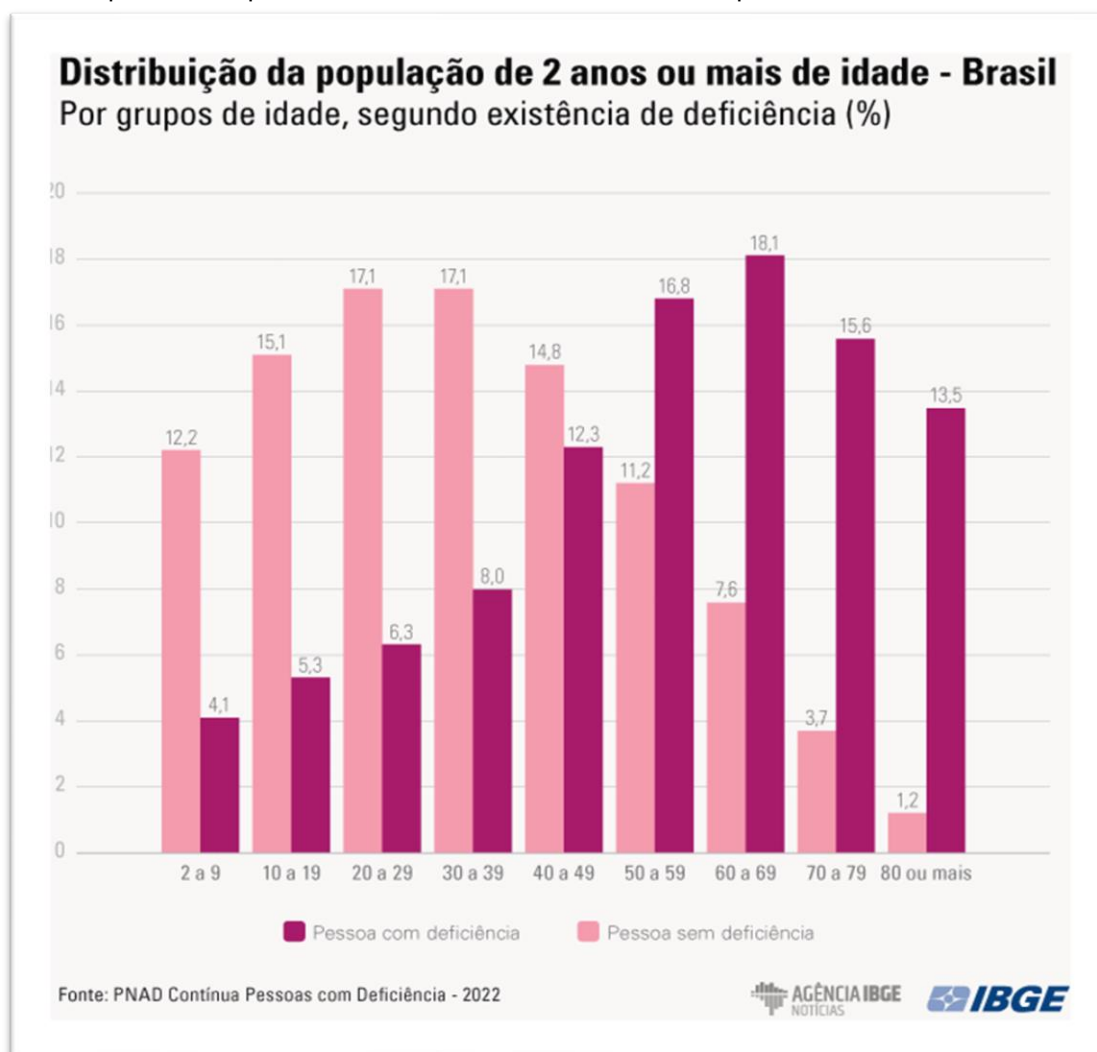
Os dados de 2019, se comparados a pesquisa anterior, já apontavam um aumento no número total de pessoas com deficiência, sendo que cerca de 14,5 milhões de domicílios tinham moradores com pelo menos uma deficiência, representando 19,8% dos lares brasileiros. E em 2022, os dados oriundos do módulo Pessoas com deficiência, da PNAD Contínua registrou-se cerca de 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade do país (ou 8,9% desse grupo etário) tinham algum tipo de deficiência, um aumento de quase 23% em 03 anos em termos absolutos.

No tocante a localização geográfica, os dados do Censo de 2023 revelam que a Região Nordeste apresenta maior percentual de pessoas com deficiência, atingindo 23,7%. Enquanto a Região Centro-Oeste apresentou o percentual mais baixo, com 16,5%. Ademais, as áreas rurais (23,5%) exibem maior incidência de pessoas deficiência em comparação com áreas urbanas (19,2%).

Sobre o perfil etário de pessoas com e sem deficiência, acima de 02 anos de idade, podemos observarmos melhor a distribuição percentual da população que declarou possuir alguma deficiência. Conforme o IBGE (2023), a maioria da população de pessoas

com deficiência é composta por idosos, representando 47,2% das pessoas com deficiência com 60 anos ou mais, em comparação com 12,5% no mesmo grupo etário de pessoas sem deficiência (Figura 1).

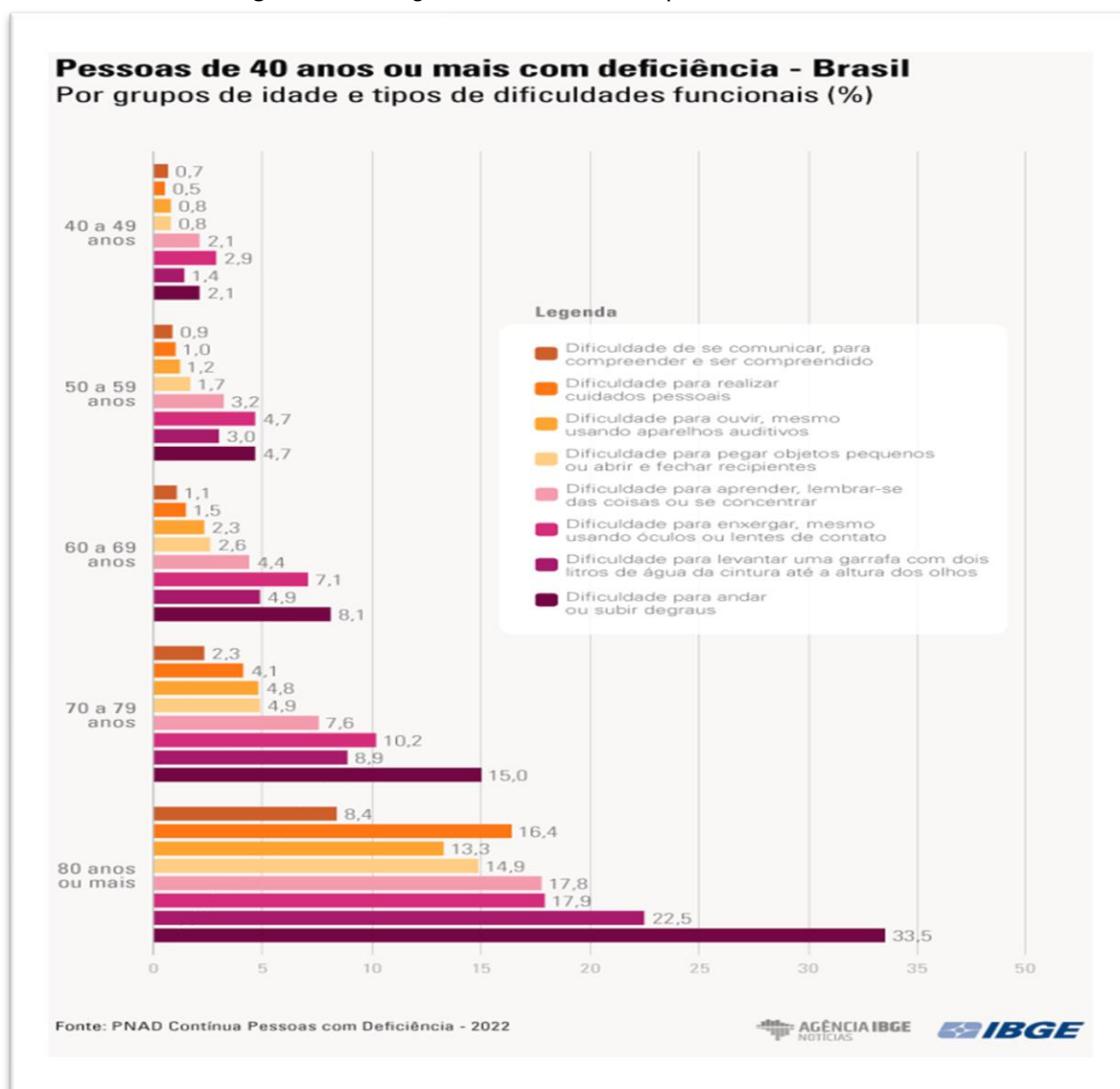
Figura 1 – Comparativo de pessoas com e sem deficiência no Brasil por faixa etária



Fonte: Dados da PNAD contínua 2022, publicada pelo IBGE, 2023

Destaca-se ainda que esse padrão é observado em todas as Grandes Regiões, especialmente nas Regiões Sul e Sudeste, onde mais da metade das pessoas com deficiência são idosos.

Figura 2 – Categorias de dificuldades por faixa etária



Fonte: Dados da PNAD contínua 2022, publicada pelo IBGE, 2023

As diversas dificuldades variam em intensidade conforme a faixa etária. Na infância, crianças de 2 a 9 anos enfrentam maiores desafios em comunicação e compreensão (1,3%), bem como em aprendizado, memória e concentração (1,2%). Entre os 40 e 49 anos, problemas de visão (2,9%) se destacam. Aos 50 anos, há um aumento significativo no número de pessoas com deficiências em várias áreas. Na faixa etária de

60 a 69 anos, a dificuldade mais prevalente é a locomoção, especialmente andar ou subir degraus (8,1%), com um aumento ainda mais notável para o grupo de 80 anos ou mais (33,5%).

No âmbito educacional das pessoas com deficiência, os dados do IBGE (2022) evidenciam progressos nos índices de escolarização, no entanto, a taxa de analfabetismo permanece consideravelmente alta. O índice de analfabetismo alcançou 19,5% entre as pessoas com deficiência, contrastando com 4,1% entre aquelas sem deficiência.

Conforme os dados do IBGE (2022), a maioria das pessoas com deficiência não concluiu a Educação Básica, especialmente os indivíduos com 25 anos ou mais. Os números revelaram que 63,3% possuíam educação até o nível fundamental incompleto, enquanto 11,1% haviam finalizado o ensino fundamental ou possuíam parte do ensino médio. Apenas 25,6% das pessoas com deficiência tinham completado pelo menos o Ensino Médio, em comparação com 57,3% das pessoas sem deficiência. No que diz respeito ao Ensino Superior, apenas 7,0% das pessoas com deficiência haviam ingressado nesse nível educacional, enquanto o percentual para as pessoas sem deficiência era de 20,9%.

Em todos os grupos etários de pessoas com deficiência, a taxa de escolarização foi inferior. Segundo o IBGE (2022), 95,1% das crianças com deficiência de 6 a 14 anos frequentavam a escola, seguidas por 84,6% dos jovens de 15 a 17 anos. Já entre aqueles com idade entre 18 e 24 anos, apenas 24,3% estavam matriculados em instituições de ensino, com 14,3% desses jovens com deficiência frequentando o Ensino Superior.

Os resultados da análise dos censitários do IBGE, apontam para avanços significativos na inclusão educacional das pessoas com deficiência, com aumento na taxa de escolarização e maior acesso ao ensino regular. No entanto, ainda persistem desafios, como a falta de infraestrutura adequada nas escolas, a carência de profissionais capacitados para atuar na educação inclusiva, o combate discriminação e o respeito dialógico à diversidade e às diferenças no ambiente escolar. Portanto, a inclusão e diversidade, quando entrelaçadas à educação problematizadora crítica, convergem para

a construção libertária freiriana, a partir de Diretrizes éticas para a educação inclusiva (Oliveira, 2015).

No que diz respeito ao mercado de trabalho, observa-se uma taxa de desemprego ainda elevada entre as pessoas com deficiência, bem como a concentração em ocupações informais e de baixa remuneração. Apesar da existência de leis de cotas que determinam a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas empresas, muitas vezes essas cotas não são cumpridas integralmente, e há desafios relacionados à adaptação do ambiente de trabalho e à capacitação profissional.

O trabalho é um tema crucial para compreender a inclusão social das pessoas com deficiência. No entanto, muitas vezes, o senso comum perpetua estereótipos prejudiciais, como a crença de que pessoas com deficiência "não querem trabalhar" e preferem viver de benefícios ou são incapazes de desempenhar funções laborais devido à falta de formação. Essas percepções refletem o que é conhecido como capacitismo, uma forma de discriminação que pressupõe a inferioridade das pessoas com deficiência com base em sua condição corporal.

Segundo Vendramin (2019), o capacitismo é uma manifestação preconceituosa que enxerga as pessoas com deficiência como menos capazes devido à sua condição física, cognitiva ou sensorial. Essa mentalidade discriminatória cria barreiras atitudinais que dificultam a inclusão dessas pessoas em diversos aspectos da sociedade, incluindo o mercado de trabalho.

Mello (2016), por sua vez, destaca que o capacitismo pode se manifestar de diversas formas, afetando a vida das pessoas com deficiência em várias esferas sociais. No contexto do trabalho, por exemplo, o capacitismo pode ser observado na forma como as pessoas com deficiência são estigmatizadas e subestimadas, muitas vezes sendo associadas ao recebimento de benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e sendo excluídas de oportunidades de emprego.

Uma análise dos dados do mercado de trabalho brasileiro revela disparidades significativas entre pessoas com e sem deficiência. De acordo com o IBGE, em 2022, a taxa de participação no mercado de trabalho para pessoas com deficiência foi de apenas

28,3%, menos da metade da taxa observada entre pessoas sem deficiência, que foi de 66,3%. Além disso, a taxa de desocupação entre as pessoas com deficiência foi maior do que entre aquelas sem deficiência, especialmente entre os mais jovens.

No que diz respeito à formalização do emprego, apenas 34,3% das pessoas com deficiência estavam empregadas em postos formais, em comparação com 50,9% das pessoas sem deficiência. Essa diferença salarial também é evidente, com as pessoas com deficiência recebendo em média dois terços do salário das pessoas sem deficiência, em todas as áreas de atividade econômica.

Esses dados destacam a necessidade urgente de políticas públicas e iniciativas voltadas para a inclusão e empoderamento das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A Lei de Cotas (Lei Nº 8.213/91) é um exemplo importante dessas políticas, estabelecendo a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas empresas. No entanto, é fundamental que essas políticas sejam acompanhadas por medidas que promovam a acessibilidade, a capacitação profissional e a eliminação do preconceito e da discriminação no ambiente de trabalho. A garantia do direito ao trabalho digno e igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua condição física ou sensorial, é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

4 Considerações finais

Em síntese, os dados censitários revelam disparidades importantes entre os diferentes tipos de deficiência, com algumas categorias enfrentando maiores dificuldades de acesso à educação e ao mercado de trabalho. Diante do cenário desafiador da temática da Educação e Trabalho da Pessoa com Deficiência no Brasil, a partir dos dados censitários recentes, propondo-se neste artigo analisar e refletir sobre a situação da educação e do trabalho da pessoa com deficiência no Brasil, buscando ainda compreender os avanços, desafios e lacunas existentes nesse contexto.

A inclusão social e a garantia de direitos são fundamentais para a promoção da igualdade e da dignidade das pessoas com deficiência, e a educação e o trabalho

desempenham um papel central nesse processo. No campo da Educação, os avanços são refletidos no aumento progressivo e significativo do nível de escolaridade, desde a taxa de alfabetização da pessoa com deficiência, embora ainda haja grande disparidade do seu nível de escolaridade comparada ao das pessoas sem deficiência.

Em relação às atividades laborais, a participação da pessoa com deficiência na força de trabalho também aumentou entre 2010 e 2022. No entanto, a taxa de desocupação entre as pessoas com deficiência ainda é muito superior à taxa de desocupação entre as pessoas sem deficiência. Assim, como o rendimento médio do trabalho da pessoa com deficiência também é menor em comparação a pessoa sem deficiência.

Diante dos dados, análises e reflexões apresentados, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas mais efetivas e ações afirmativas que promovam a inclusão educacional e laboral das pessoas com deficiência no Brasil. Os dados dos censos do IBGE revelam que mesmo com os notados ainda há um longo caminho a percorrer para garantir a plena inclusão desse grupo na sociedade brasileira.

Entre os desafios a serem enfrentados estão a necessidade de investimentos em acessibilidade, capacitação de profissionais, conscientização da sociedade e fiscalização do cumprimento das leis são passos essenciais para garantir o pleno exercício dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência no Brasil.

Portanto, é fundamental que o Estado, as empresas, as instituições educacionais e a sociedade como um todo atuem de forma colaborativa para superar os desafios e promover uma verdadeira inclusão das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida social e econômica do país, promovendo a educação e o trabalho dignos e combatendo o preconceito e a discriminação contra as pessoas com deficiência.

Referências

ARRUDA, Samara. **BPC**: Mais de 4,6 milhões de pessoas recebem esse benefício. *Jornal Contábil*, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/mais-de-46-milhoes-de-pessoas-recebem-este-beneficio/> Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (5 de outubro de 1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm . Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda – PNAD 2022**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317> . Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. PNAD contínua: Pessoa com deficiência, 2022**. Disponível em, https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: Resumo Técnico. Brasília, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf . Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Superior 2022**: Divulgação dos dados. Brasília, 10/10/2023. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf . Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.213 (Lei de Cotas), de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Acesso Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm . Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Portal da Inspeção do Trabalho** – Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil/2019. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/> Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). **Nota Técnica/20**. Disponível em: <file:///D:/Downloads/notaTec246InclusaoDeficiencia.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2024.

COIMBRA, Fernanda Cristina Corrêa Lima. **Aluno com deficiência visual**: Perspectivas de Educação Profissional inclusiva na história e na memória do Instituto Federal do Pará - Campus Belém de 2009 a 2012. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7340> Acesso em 06 de jan. 2020.

FACHINI, Tiago. **Lei 8213/91 ou Lei de Cotas para PCD comentada [2023]**. Projuris, 12 ago. 2022. Disponível em: <https://www.projuris.com.br/blog/lei-8213-91/#:~:text=Quais%20s%C3%A3o%20as%20cotas%20para,percentual%20de%202%25%20de%20PCDs>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GARCIA, Vinícius G. **Panorama da Inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil**, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v12n1/10.pdf> Acesso em: 29 fev. 2024.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Online*. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232016001003265&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 29 fev. 2024.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Epistemologia e Educação**: bases conceituais e racionalidades científicas e históricas. Petrópolis - RJ: Vozes, 2016

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Paulo Freire**: gênese da interculturalidade no Brasil. Curitiba: CRV, 2015.

Organização das Nações Unidas [ONU]. **Programa Mundial de Ação para pessoas com deficiência**. Acesso em: 16.07.22 Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/deficiente/progam.htm#:~:text=A%20finalidade%20do%20Programa%20de,vida%20social%20e%20no%20desenvolvimento>. Acesso em: 29 fev. 2024.

Silva, Otto M. **A epopéia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987.

Vendramin, C; Blades, H.; Whatley, S; Marsh, K. (org). **Trocando, movendo, traduzindo**: pensamentos sobre dança e deficiência | Exchanging, moving, translating: thoughts on dance and disability. – Porto Alegre: UFRGS, 2019

OBS: PREENCHER DADOS ABAIXO REFERENTE AOS AUTORES

ⁱ **Fernanda Cristina Corrêa Lima Coimbra**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8052-8486>

Instituto Federal do Pará

Pró-reitora de Extensão

Núcleo de Egressos e do Observatório do Mundo do Trabalho

Mini-currículo: É servidora pública: técnica pedagoga e gestora do Núcleo de Egressos e do Observatório do Trabalho do IFPA, e docente da Educação Básica na Secretaria de Educação de Belém (PMB/SEMEC/Belém). É líder do GP GEIT/IFPA e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UEPA).

Contribuição de autoria: Autora.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6059210717048563>.

E-mail: fernanda.lima@ifpa.edu.br

ⁱⁱ **Ivanilde Apoluceno de Oliveira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3458-584X>

Universidade do Estado do Pará

Centro de Ciências Sociais e Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

Minicurrículo: Prof. Dr^a Emérita da Universidade do Estado do Pará, atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UEPA) e líder do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP/UEPA). Docente Convidada da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Contribuição de autoria: co-autora.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6486192420682817> .

E-mail: nildeapoluceno@uol.com.br